

O DIALÉTICA APPLICADA DISCURSO um diálogo

AM

Resumo

O presente artigo trata das relações do discurso e suas implicações ideológicas na edificação do poder socialmente constituído; de igual modo, apresenta a plurivalência e a plurilateralidade discursivas como bases primeiras do desencadeamento de discussões dialógicas e dialéticas aplicadas ao discurso antitético. O texto está fundamentado por mais de uma teoria, privilegiando, naturalmente, a dialética bakhtiniana na qual se ampara para evidenciar as contradições, os ditos e os não-ditos do discurso, que são benéficos ao homem quando utilizados para dirimir conflitos, mas infinitamente venéficos quando usados na manipulação de interesses tiranos em detrimento do melhoramento social, político, econômico e cultural do homem.

Abstract

The present article deals with the relations of the speech and its ideological implications in the construction of the power socially consisting; equally, it presents the discursive plurivalency and the plurilaterality as first bases of the enchainment of dialogical discussions and dialectics applied to the antithetic speech. The whole text is based on more than a theory, privileging, of course, the bakhtinian dialectic under which it supports to evidence the contradictions, said and the non-said ones of the speech, they are beneficial to the man, when used to nullify conflicts, but infinitely poisonous, when used in the manipulation of tyrannous interests in detriment to the social improvement, politician, economic and cultural of the man.

¹ Licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité – Campus VI da Universidade do Estado da Bahia; Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior e em Língua Portuguesa pela União das Escolas Superiores de Cacoal. Professor de Língua Portuguesa e Coordenador do Curso de Letras da UNESC – Cacoal – RO. É organizador e Coordenador do Infoletras e da Revista Literarius (publicações do Departamento de Letras da UNESC), além de pesquisador, escritor e poeta.
E-mail: tony@unesnet.br

Palavras-chave

Bakhtin; Discurso; Dialogismo; Dialética; Antítese.

Key words

Bakhtin; Discourse; Dialogism; Dialectics; Antithesis.

Diálogo de exposição dos princípios gerais

O presente artigo não deverá constituir palco de discussão profunda sobre os elementos da teoria ou de reflexão imanente acerca da filosofia da linguagem, mas sim, procurará apresentar dados que viabilizem a compreensão sobre o fazer instrumental da linguagem na formação das ideologias e conseqüentemente na sustentação do poder.

Para avançarmos na discussão do assunto posto em evidência, se fez necessária uma breve explanação sobre cada um dos pontos que envolvem a tricotomia: linguagem, ideologia e poder. O assunto é por demais amplo, mas a nossa proposta de trabalho deverá condensá-lo ao máximo, tendo em vista a natureza concisa da atividade que nos dispusemos a apresentar para análise e compreensão imediata daqueles que, ainda incipientes, perscrutam a teoria em busca de respostas que elucidam a importância da linguagem, da ideologia e do poder nas relações entre indivíduo e sociedade.

Se de um lado a linguagem é a representação máxima do pensamento por meio de signos que permitem a comunicação e a interação entre indivíduos, de outro a ideologia, como ciência das idéias, é o elemento revérbero dos signos lingüísticos impregnados de significações ideológicas que redundam na terceira fração de nossa tricotomia, o poder - aqui entendido como produto da “manipulação” eficiente dos *signos ideológicos*.

Assim sendo, com o intuito de elucidar a cumplicidade entre linguagem, ideologia e poder como elementos deflagradores de transformação e de sustentação da convivência social e de aclarar as relações dialógicas aplicadas ao discurso antitético, tomaremos mais adiante como exemplo alguns textos e fragmentos emprestados pela história e pela arte.

Um diálogo teórico

A partir deste ponto, deverão ser elucidadas algumas questões que consideramos cruciais para o desenvolvimento da presente proposta. Buscaremos na teoria bakhtiniana, especialmente no bojo da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*² e,

² Obra publicada na Rússia em 1929 e assinada por Volochinov, mais tarde atribuída a M. Bakhtin.

em outros teóricos do mesmo nível, o respaldo necessário para as afirmações e comparações que faremos miudamente em relação ao objeto apresentado.

A Análise do Discurso (AD)³ será, neste estudo, não o objeto ou parte dele, mas em alguns pontos o instrumento mensurador das relações intrínsecas e extrínsecas existentes entre a linguagem, a ideologia e o poder. Em se tratando de estudo da linguagem, deveremos centrar nossos esforços rumo à compreensão daquela que grita interesses coletivos e vai além das conveniências egoístas, servindo como ponto de partida para a formação da consciência coletiva⁴, quando se impregna de conteúdo ideológico, conforme Bakhtin (2002).

De igual modo, não trataremos de ideologias individualistas nem de poderes que não sejam emanados do discurso político e literário com função social. Serão, portanto, uma bandeira deste trabalho as relações que a linguagem exerce na implementação e na transformação de velhas ideologia em novas, com o intuito de desencadear visões renovadoras em relação ao exercício do poder. Não deixaremos de apresentar também, para confronto, exemplos de velhos poderes que tentam ou tentaram renascer maquiados de jovens posturas sócio-políticas.

A linguagem, como instrumento valioso, exerce forte participação no fenômeno de implementação de novas ideologias e gera, desta maneira, a consciência coletiva, que será o ponto de articulação entre o povo e o poder. Conforme Hjelmslev (1975, p.01),

A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana.

Quando Hjelmslev (1975, p.2) disse que “a linguagem, como um sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem”, antecipava o que hoje já compreendemos com melhor clareza, graças às novas discussões fundamentadas na Análise do Discurso, com ênfase para o que, dentro do contexto semântico, afirma Frege (1978, p. 65): “[...] A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro”.

Se a linguagem é um sistema de signos, ela é naturalmente ideológica, pois conforme Bakhtin (2002, p. 32) “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo [...], tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. Portanto, torna-se fácil perceber que a linguagem constitui-se importante matéria-prima na construção do tecido ideológico. Sem linguagem é impossível conceber a ideologia.

Todas as vezes que a linguagem como instrumento de ideologia não convergiu para o intento ideológico comum à maioria dos indivíduos de um dado meio social, os objetivos e as metas propostos pelos audaciosos projetos rumo ao poder não foram, geralmente, alcançados, não perduraram por muito tempo ou não saíram dos planos iniciais. Em relação a isso, a História reserva-nos modelos

³ Ciência constituída nos anos 60 e que tem como principal objeto, segundo Gregolin (1995), “o estudo da discursivização”.

⁴ Conforme Durkheim (1973), por consciência coletiva entende-se o resultado da soma de valores sociais e sentimentos comuns a uma parte considerável da comunidade, garantindo, desta maneira, a união dos indivíduos de uma sociedade e dos valores perpassados através das gerações.

de discursos e atitudes que não vingaram, a exemplo da ditadura militar no Brasil, que nasceu debilitada por não comportar a linguagem como instrumento de realização ideológica e comum. Neste caso, o signo se mostrou ineficiente frente ao seu objetivo inicial de reproduzir uma certa consciência coletiva.

Toda linguagem passa pelo crivo da observação social, e somente o discurso afinado consegue ultrapassar as barreiras do tempo, amearhar ideologias, formar a consciência coletiva e se solidificar como poder.

Sobre este critério de apreciação rigorosa da linguagem, fica evidente em Bakhtin (2002, p. 32) quando ele diz que “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica”, e que é notório percebermos o contorno bem definido daquele discurso cujo “domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos”. Ainda para Bakhtin (2002) o signo não se aparta do ideológico: onde há ideologia há signo e vice-versa.

Em síntese, o signo sistematizado reflete a ideologia de um grupo socialmente organizado que, por sua vez, refrata essa mesma ideologia a outros grupos também refratores, ampliando, deste modo, o raio de ação do discurso, tornando-o instrumento de poder ideologicamente constituído. Ainda sobre o assunto, é prudente dizer que o signo ideológico, ao ser refletido, pode encontrar absorvência passiva e se firmar como discurso unilateral, a exemplo daqueles que alimentaram e alimentam rígidas ditaduras espalhadas pelo mundo; ou, de outro modo, pode embater-se com discursos sustentados por signos igualmente fortalecidos e que, por sua natureza consciente, são capazes de contra-argumentar, criando assim sobremaneira um discurso dialético.

Um diálogo de contradições: alguns recortes históricos

Para falar das relações dialéticas entre os diversos discursos, buscaremos, ao longo da história, recortes que ilustram acontecimentos nascidos, quase sempre, com o intuito de contradizer outros já “consolidados como verdades indissolúveis”. Em algumas épocas, ideologias antitéticas chegaram a coexistir como verdades paralelas, causando, deste modo, o que podemos chamar, em tese, de angústia social. Para melhor explicitar tais relações, doravante passaremos a discutir alguns fatos que se contrapuseram ao longo dos tempos.

No período compreendido entre os séculos XIV e XVI, o Renascimento Cultural representou uma situação inteiramente distinta daquela à qual ele se opunha, o período medieval. Conforme Vicentino (1999), o discurso renascentista representava a ruptura com a *Idade das Trevas*, fazia emergir da escuridão medieval o despertar de idéias gloriosas nas letras, nas artes e nas ciências em geral.

O Renascimento é talvez o maior exemplo de antítese histórica, porque é a partir daí que são desencadeados outros fenômenos ideologicamente

contraditórios, a exemplo da contraposição teocentrismo *versus* antropocentrismo. Enquanto o medievo sustentava a figura de Deus como o centro da razão, o homem renascentista se achava o próprio Deus e passava a ser ele mesmo o centro de todas as coisas.

Ainda sobre as contradições históricas, podemos mencionar a Reforma e a Contra-Reforma, desencadeadas com o surgimento de novas religiões cristãs que não concordavam com certos dogmas e acabaram por abalar a hegemonia teopolítica da Igreja Católica. No século XVIII, a Revolução Francesa levou Napoleão Bonaparte, “representante legítimo do povo”, ao poder em detrimento de Luiz XVI, ícone da nobreza francesa. No mesmo século, o Iluminismo caracterizado pela confiança no progresso e pelo incentivo à liberdade de pensamento, aflorou graças ao forte discurso de desafio às debilidades históricas, representadas pelos ideais tradicionais e totalitários.

Os recortes históricos acima apresentados servem para nos mostrar que todo discurso é, além de contraditório, um veículo que sustenta ideologias indubitavelmente contraditórias. O discurso deve, portanto, ser compreendido sempre dentro do contexto histórico-social em que é proferido; num dado momento, pode ser absolutamente inovador e atual e, em outro, ser arcaico e ultrapassado, fato que o torna forte candidato ao ranking daqueles que precisam ser renovados. Se todo discurso é produzido por intermédio da manipulação perfeita de signos ideológicos e não de palavras em estado de dicionário, é importante perceber uma outra face do discurso que é servir, quase sempre, como instrumento em favor das classes dominantes. Conforme Bakhtin (2002, p. 47), “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Esta questão da monovalência do discurso pode ter representado valioso mecanismo de afloramento, mas de sustentação frágil das ideologias de ditadores como Hitler, Mussolini e Stalin ao instaurarem seus regimes totalitários.

Ainda sobre essa questão, é possível também perceber que, quando a membrana que mascara o discurso se rompe, mostrando a fragilidade e a verdadeira intenção ideológica, quase sempre ardilosa do poder, ele se transforma, disfarçando-se nos poderes remunerativo, normativo e principalmente coercitivo, a exemplo do regime cubano, que há décadas perdeu a sua vitalidade discursiva e se sustenta pela coerção. Para Gramsci, (1968, p. 113), todo poder que quer se sustentar por tempo considerável deve observar que:

É preciso uma revolução cotidiana. A política tem que ser feita na sociedade, deve referir-se a todos os espaços do poder disponíveis. A luta política não pode limitar-se apenas a uma de pura força física ou de puro poder econômico. O Estado é força, coerção e dominação, mas a sociedade é o espaço do *consenso*, é o lugar onde os homens conflitam seus interesses através da *persuasão*. Não basta força, portanto. É preciso conquistar a consciência das pessoas. Quem quiser disputar o poder nessa sociedade [...] moderna, complexa, tem que *ganhar a batalha das idéias*. (Grifo nosso)

Por último, vale ressaltar que o aspecto tênue do discurso é uma característica significativa da monovalência e da unilateralidade que o sustenta. Para os

movimentos ideológicos que querem “ganhar a batalha das idéias”, o ideal é a pluralidade e a plurilateralidade discursivas, é o consenso. E sobre isso a história pós-moderna tem nos reservado muitos exemplos, que serão adiante tratados.

Um diálogo de pluralidades e plurilateralidades discursivas

Falar de pluralidade e de plurilateralidade discursivas é, *a priori*, um desafio, tendo em vista ser ambas de natureza bastante complexa. O discurso pluralidade é aquele carregado de vários sentidos enquanto que o discurso plurilateral é o resultado da convergência de discursos menores ecoados de diversos segmentos da sociedade. Todo discurso plurilateral é, por natureza, pluralidade, tendo em vista a sua natureza social. Já o discurso pluralidade pode não ser necessariamente plurilateral, uma vez que pode emanar de um único lado, mesmo contendo em si muitos valores e significados. Todo discurso unilateral, em tese, pode ser pluralidade, mas a recíproca não é verdadeira, isto porque o discurso plurilateral não pode ser monovalente, haja vista nascer da diversidade de idéias e não da individualidade delas. O discurso provindo da consciência individual, quando se une aos discursos de outras consciências também individuais, ganha elementos que o torna diferente de sua base primária.

O ideal é que a pluralidade e a plurilateralidade trabalhassem aliadas na implementação e sustentação de um poder capaz de se firmar pela força do discurso dialogado, pautado, *a priori*, pela discussão das idéias e, *a posteriori*, pela convergência dos ideais coletivos. A escolha do modelo discursivo nem sempre é atribuição daquele ou daqueles que tenciona(m) implementar mudanças e fortalecer poderes; a própria natureza do fenômeno aliada a fatores de caráter contextual, involuntariamente, responsabiliza-se, num dado momento, pela escolha do dialogismo como técnica de correlação de idéias na formação de um todo ideológico, ou, em outro momento, pela dialética como método em que as ideologias contraditórias declaram contenda e digladiam-se com a finalidade de se complementarem para dar origem a uma terceira ideologia, em que prevalece a soma parcial das anteriores, geralmente predominando a que possuir maior substância coercitiva sustentada pelo discurso. Segundo Bakhtin (2002, p. 136):

Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetendo-nos a uma reavaliação, fazendo-nos mudar no de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la.

Ainda em conformidade com Bakhtin (2002), quando a dialética se coloca como instrumento da evolução, a sociedade em transformação abre espaço para

integrar o indivíduo que igualmente se transforma e, neste processo, nada permanece estável sem que seja dilacerado por suas próprias contradições, a fim de volver-se revigorada, mas com equilíbrio e identidade efêmeras.

Tanto a dialética, quanto o dialogismo, como instrumentos da linguagem (discurso) são de suma importância para a implementação de ideologias coletivas e conseqüentemente para a evolução sócio-histórica do homem no que concerne à ininterrupta transformação de estados de poder. Todo poder se sustenta pela consciência coletiva nascida a partir do discurso ideológico. Todo poder é vivo e, como tudo o que vive, evolui, transforma-se dialética e dialogicamente.

No caminho das transformações por que passam todos os poderes, a dialética e o dialogismo, como fenômenos determinantes da qualidade do discurso, estão intimamente relacionados com os aspectos sincrônicos e diacrônicos da lingüística. O dialogismo está para a sincronia, assim como a dialética está para a diacronia. Estas, conforme Bakhtin (2002, p.87), ocupam-se com “as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência, e que se substituem uns aos outros, sem formar sistema entre si”. E aquelas, também segundo Bakhtin (2002, p.87), “ocupam-se com as relações lógicas e psicológicas que unem termos coexistentes e formadores de um sistema, tal como eles são percebidos pela mesma consciência”.

Por fim, as afirmações supra-expostas vêm para reforçar a nossa idéia de plurivalência e plurilateralidade na formação de um discurso ideologicamente constituído, rumo à sustentação de um poder fortemente constituído de ideologias que se firmaram como consciência coletiva. Ainda em tempo, essa questão levantada aqui a respeito da plurivalência e da plurilateralidade do discurso merece ser melhor estudada tendo em vista a sua natureza bastante ampla e o seu caráter, a princípio, original.

Um diálogo de (contra)ditos

A partir deste ponto, trataremos do discurso e do antidiscurso na construção do poder e de outras atitudes de cunho social. Para exemplificar essa relação dialética evidente, tomaremos como primeiro elemento de ilustração o embate ideológico entre os EUA e aliados contra o terrorismo islâmico. De um lado, há por parte dos aliados a sustentação de um discurso voltado para a celebração da paz com a derrocada do terrorismo; todavia, a evidência de discursos aparentemente marginais ou secundários tem se aclarado e deixa perceptível outros interesses, principalmente os de ordem econômica. Há, deste modo, um discurso de aparências e outro, o verdadeiro, que tenciona o controle de nações detentoras das maiores reservas de petróleo do mundo, “coincidentemente” também minadas por ideologias que pregam o terror como o único caminho para a liberdade. De outro lado, uma parcela considerável dos povos muçumanos combate com a finalidade de implementar e sustentar o seu obsessivo poder econômico e teocêntrico – lógico que a maioria não sabe ou não tem consciência ainda da real intenção econômica por trás do discurso teocrático e morrem em nome de

Deus e a mando do “profeta”. Nesta ilustração, apoiados em Foucault citado por Demo (2002), queremos chamar a atenção para um fato que consideramos importante: trata-se da manifestação visível de uma das faces mais típicas da ideologia que é dissimular, mascarar e esconder, na tentativa de assegurar, justificar e “fortalecer” interesses. Fundamentados na observação atenciosa, notamos que os dois discursos funcionam ora como discurso, ora como anti-discurso. São discursos para a sua base de sustentação e anti-discursos em relação ao discurso de outrem. Vale ressaltar também que há mais de um discurso em cada discurso, ou seja, o que podemos chamar de discurso aparente e discurso real. Num único discurso é possível dizer mais que o necessário, pode-se afirmar e negar ao mesmo tempo; bem como dizer desdizendo o que disse. Conforme Demo (2002, p. 38), “o sorriso irônico comunica, através do sorriso, o contrário. O humor negro comunica a tragédia como diversão. Há silêncios ensurdecedores, ausências gritantes, desaparecimentos estratégicos”.

Tomando como elemento de análise a teoria polifônica de Bakhtin (1997), apresentada em sua obra *problemas da poética de Dostoiévski*; no recorte supracitado, é notória a presença de discursos marginais que cortam o discurso central de um lado a outro na tentativa de se mostrar e de se afirmar como verdade, ainda que os propósitos não sejam assim tão éticos e morais.

Tendo em vista ser a linguagem (discurso), a ideologia e o poder a espinha dorsal deste artigo, tomaremos alguns textos como *corpus* para análise, como anunciamos no início, a fim de exemplificar essa tal relação que o signo exerce sobre a ideologia no processo de implementação de poderes sócio-constituídos. Nenhum poder é totalmente isento do discurso ideológico, seja ele autoritário, totalitário ou democrático; o que o diferencia dos demais é a maneira de utilização do discurso como ferramenta de sustentação de suas bases ideológicas, frente à manipulação da consciência coletiva. De igual modo, é possível também afirmar que nenhum outro interesse humano está igualmente isento do discurso polifonicamente intencional. E para mostrar esta intencionalidade discursiva, tomaremos como o primeiro *corpus* de análise, a terceira parte da carta de Maquiavel (1999, p.19), quando dedica a obra “O Príncipe” ao Magnífico Lourenço de Médici.

Receba, então, Vossa Magnificência, este pequeno presente, com a mesma intenção com que eu o envio. Se esta obra for diligentemente considerada e lida, vossa Magnificência conhecerá meu extremo desejo de que atinja a grandeza que o destino e suas demais qualidades lhe asseguram. E, se Vossa Magnificência, do ápice de sua plenitude volver, alguma vez, os olhos para baixo, perceberá quão imerecidamente suporrei grande e contínua maldade do destino.

Maquiavel, no seu discurso, na passagem inicial em que eloqüentemente dirige-se a Lourenço com certo ar de igualdade representado nas palavras “receba, então, Vossa Magnificência, este pequeno presente, com a mesma intenção com que eu o envio”, mostra a intencionalidade firme de imprimir sua vontade em relação à vontade de Lourenço. Mais adiante, deixa claro que não tem a intenção

de dar o presente sem querer algo em troca. Não diz o que quer nem como quer, mas torna isso evidente quando solicita que Lourenço de Médici, lá da altura de onde está, olhe para baixo e o reconheça como aquele que, depois de ter sofrido as agruras da vida, merece ser recompensado.

Para sustentar interesses não bastam discursos vazios, o que basta são os discursos forrados de intencionalidade discursiva, e isto é instrumento de especialistas e não de leigos, afora prerrogativas obtidas por uns poucos esforçados.

Como discurso de contraditos, entendemos todo aquele carregado pelo fenômeno da dialética. O discurso pode simplesmente dizer algo, pode se contradizer; mas a sua principal função é a de estar em desacordo com outros discursos, a fim de se firmar como discurso privilegiado socialmente. Mas isso só é possível quando o discurso nasce da interação social dos seus elementos, entre si e com outros elementos.

É importante não confundir o discurso das contradições com a teoria bakhtiniana que trata do dito e do não-dito. O que estamos chamando de (contra)ditos aqui é a força dialética do discurso e não o discurso não-dito, subentendido em outro discurso. O discurso de contradição é, geralmente, carregado de não-ditos. E isto é que o faz sutil e contundente ao agir em contraposição a outro discurso.

Conforme Bakhtin citado por Freitas (1999, p. 145):

A entonação sempre está na fronteira do verbal com o não verbal, do dito com o não dito. Na entonação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entonação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores: a entonação é social por excelência. Ela é especialmente sensível a todas as vibrações da atmosfera social que envolve o falante.

Freitas (1999, p. 145), quando interpreta Bakhtin, afirma que “não é só a entonação, mas toda a estrutura formal da fala que depende, em grau significativo, da relação do enunciado com o conjunto de valores presumidos do meio social onde ocorre o discurso”.

Todo discurso é produzido, indubitavelmente, a partir das relações que possui o interlocutor com o meio em que está inserido, levando em conta, naturalmente, os fatores tempo, espaço, qualidade intelectual do(s) interlocutor(es) etc. Os ditos e os (contra)ditos de um discurso, bem como os ditos e os não-ditos podem não produzir os efeitos desejados se um ou mais dos elementos envolvidos não estiverem devidamente harmônicos entre si.

A fim de ilustrar o discurso de contradição, encontramos excelentes exemplos nos poemas sacros do poeta barroco Gregório de Matos Guerra que, ao discordar da política da época, escrevia contrapondo-se àquelas atitudes. Gregório de Matos, ao ser degredado para a África, em virtude de ter escrito alguns textos que ‘afrontavam’ a burguesia portuguesa no Brasil, escreveu alguns versos de despedida de onde retiramos o fragmento transcrito abaixo.

No Brasil a fidalguia
 no bom sangue nunca está,
 nem no bom procedimento,
 pois logo em que pode estar?
 Consiste em muito dinheiro,
 e consiste em o guardar,
 cada um o guarde bem,
 para ter que gastar mal.⁵

Não é difícil encontrar os (contra)ditos dentro do discurso de Gregório de Matos. Ao usar a Literatura como um instrumento contundente de denúncia, ele contradiz a burguesia da época pela falta de gentileza e pelos modos como os fidalgos tratavam a riqueza, ora ostentando-a, ora com avareza. Para Bakhtin citado por Freitas (1999, p. 147), “O poeta, afinal, seleciona palavras não do dicionário, mas do contexto da vida onde as palavras foram embebidas e se impregnaram de julgamento de valor”. Percebe-se daí que todo discurso, a começar pelo poético, é uma exposição dos acontecimentos de um dado contexto, compreendendo os fatores ideológicos organizados segundo as ordenas cronológicas e espaciais. Vale dizer que os (contra)ditos são subjetivos e só podem ser percebidos pela inter-relação dos elementos discursivos.

O discurso, além de contradizer atitudes, pode incitar contra elas, alertar ou “avisar” que algo não está bem e “desse jeito não dá mais”, conforme afirmou, recentemente, o compositor Geraldo Vandré em entrevista para o site Clique Music⁶, quando falou do discurso impresso no teor de suas composição. Para ilustrar mais esta virtude do discurso, doravante trabalharemos a música “Para não dizer que não falei das flores”, tida aqui como *corpus* de enorme natureza polifônica, a começar pelo próprio título que apresenta a intenção discursiva de tornar evidente o não-dito, ou seja, além de falar de todas as coisas que disse, também se falou de flores.

Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Somos todos iguais, braços dados ou não
 Nas escolas, nas ruas, campos, construções
 Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Vem, vamos embora que esperar não é saber
 Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

⁵ Gregório de Matos. In Gregório de Matos, São Paulo: Abril – (Literatura Comparada).

⁶ <http://www.cliquemusic.com.br>

Na primeira estrofe, o emissor do discurso chama o interlocutor para uma reflexão acerca do conteúdo da canção, convoca a todos para a luta, que, mais adiante, torna-se incontestável, não importa se estudante, homens da cidade ou do campo, se trabalhador ou não; todos são chamados, porque “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Essa canção foi escrita no auge da Ditadura Militar no Brasil, vários foram os movimentos que se opuseram a esse regime autoritarista, mas nenhum foi tão representativo quanto o poema “Caminhado” de Vandrê, embora ele tenha negado sempre o verdadeiro discurso deste e de outros escritos naquela época.

Pelos campos há fome em grandes plantações

Pelas ruas marchando indecisos cordões

Ainda fazem da flor seu mais forte refrão

E acreditam nas flores vencendo canção

Há soldados armados, amados ou não

Quase todos perdidos de armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição

De morrer pela pátria e viver sem razão

Nos versos das estrofes dois e três, o discurso personifica a angústia social causada pelo regime militar, quando fala da fome e da incerteza causadas pelo golpe. A partir desse ponto a palavra flor passa a ser um signo ideológico fortemente carregado de sentidos e de intencionalidade discursiva, contrapondo-se ao outro discurso, metaforicamente, caracterizado pela expressão: “antiga lição”, explicitada no final do terceiro verso da terceira estrofe.

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Somos todos soldados, armados ou não

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais, braços dados ou não

Na quarta estrofe, todos são novamente convocados para a luta contra a ideologia dominante e isto se confirma quando nas palavras: “somos todos soldados, armados ou não”.

Os amores na mente, as flores no chão
 A certeza na frente, a história na mão
 Caminhando e cantando e seguindo a canção
 Aprendendo e ensinando uma nova lição

Na última estrofe, há a consolidação do confronto entre os dois discursos, o velho e o novo. E chega a sugerir o embate físico entre eles, quando, por meio da alegoria “as flores no chão” sugere corpos defuntos caídos depois de uma luta armada. Ainda nos primeiros versos desta mesma estrofe, os amores representam os interesses bairristas, patrióticos, flores as pessoas, certeza a convicção, e a expressão “a história na mão” denota a vitória das flores sobre a “antiga lição”. Essa intencionalidade é reforçada no último verso, quando “a nova lição” passa a ser ensinada em lugar daquela suplantada pela nova ideologia.

Geraldo Vandré pode negar até morrer a verdadeira intenção que o levou a escrever “Caminhando”, mas o que ninguém, em sã consciência, pode negar é a relação que os signos ideológicos empregados intencionalmente ou não na letra da música tiveram com o momento de angústia social causado pela Ditadura Militar no Brasil.

Acreditar que o homem um dia terá domínio absoluto sobre a linguagem é negar a evolução de ambos. Mas acreditar na aceleração urgente rumo ao domínio do discurso expresso pelo signo ideológico, a fim de construir uma consciência coletiva, é acreditar que num futuro não muito distante, o homem possa reger a sociedade por meio de atitudes que não vilipendiam os direitos “sagrados” de si e de outrem. E esta deve ser a razão porque se discutem tanto as relações entre linguagem, ideologia e poder. O signo é poderoso em si e, como o hidrogênio em contato com o ar, quando interage com o contexto, EXPLODE.

Um último diálogo

A linguagem é um dos mais importantes, se não for o mais importante, dos instrumentos de interação social entre os povos. Ao longo de seu desenvolvimento, recebeu várias influências de outras ciências do conhecimento humano, tais como a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia e a Linguística. O seu principal objetivo é veicular e consolidar a cultura humana, dando-lhe um caráter de universalidade.

É por meio da linguagem que as ideologias são atritadas a fim de gerar a consciência coletiva e é por intermédio de tal consciência que se chega à consolidação de atitudes nobremente sociais como o poder e suas relações benéficas de igualdade, fraternidade e, acima de tudo, liberdade na acepção mais ampla da palavra.

Que a plurivalência e a plurilateralidade dos discursos possam se fermentar nas técnicas dialética e dialógicas, desencadeando a práxis rumo a um mundo melhor para se viver, fazer, ser e, sobretudo, conviver.

Em face ao exposto, as contradições, os ditos e os não-ditos do discurso são benéficos ao homem, quando utilizados para dirimir conflitos, mas podem ser infinitamente venéficos, quando usados pelos ardilosos na manipulação de interesses, a fim de sustentar déspotas à frente de poderes tiranos que nada contribuem para o melhoramento social, político, econômico e cultural do homem.

Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9.ed. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2002.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **Discourse in life and discourse in art**. In: M. Bakhtin, *Freudianism. A marxist critique*. New York: Academic Press, 1996.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- DURKHEIN, E. **De la division del trabajo social**. Buenos Aires, Schapire, 1973.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência**. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultirx, 1978.
- FREITAS, M. T. de A. **Vigotsky & Bakhtin – psicologia e educação: um intertexto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel – a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GREGOLIN, M. do R. V. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. ALFA, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAQUIAVEL, L. **O príncipe: com notas de Napoleão Bonaparte**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- VICENTINO, C. **História geral**. 8.ed. São Paulo: Scipione, 1999.